

## 4. Empresas — Registo comercial

### VILA REAL

#### VILA POUCA DE AGUIAR

##### VIDAGO, MELGAÇO & PEDRAS SALGADAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar. Matrícula n.º 43; identificação de pessoa colectiva n.º 500297967; inscrições n.ºs 33, 34, 35; números e data das apresentações: 5, 6, 7/23 de Junho de 1997.

Maria de Lurdes Matos Teixeira, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar:

Certifica, em relação à sociedade em epígrafe, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e consolidadas do ano de 1996 e ainda a cessação da existência do conselho fiscal e introdução do fiscal único.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar, 24 de Junho de 1997. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Matos Teixeira*.

#### Relatório e contas de 1996

##### Corpos sociais

Conselho de administração:

José Luís Nogueira de Brito.  
José Manuel da Silva e Castro Soares dos Santos.

Miguel Pereira Athayde Marques.  
Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva.  
Paulo José Ferreira Morgado.

Assembleia geral:

Presidente: Ponciano dos Santos Gomes Serrano.  
Vice-presidente: Victor Manuel Alves Coelho.  
Secretário: Luís Ferreira da Costa.

Conselho fiscal:

Presidente: Vítor António Duarte Faveiro.  
Vogais:

José Manuel Vaz Fragoso  
António Grenha & Bryant Jorge — Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas.

Suplente: Armindo dos Santos Pinho, em representação de António Grenha & Brynat Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

#### Relatório do conselho de administração

##### I — Factos mais relevantes ocorridos no ano de 1996

###### A — Envolvente externa

Durante o ano de 1996, o negócio de bebidas, sazonal e fortemente correlacionado com as condições climáticas, foi negativamente influenciado pelas menores temperaturas e pelos elevados índices de pluviosidade registados nas zonas norte, centro e sul do nosso País. A tabela seguinte ilustra esta situação:

Condições climáticas	1995	1996	Variação (percentagem)
<b>Temperaturas (valores min./máx., em graus centígrados):</b>			
Porto .....	12,2/19,9	10,9/18,9	— 11/— 5
Lisboa .....	13,7/21,7	13,0/21,2	— 5/— 2
Faro .....	13,6/22,5	13,6/21,7	—/— 4
<b>Pluviosidade (valores em litros por m<sup>2</sup>):</b>			
Porto .....	1 248	1 360	+ 9
Lisboa .....	794	1 152	+ 45
Faro .....	496	967	+ 95

Em 1996, e relativamente a 1995, as condições concorrenciais no sector das águas minerais e de nascente intensificaram-se, facto que é evidenciado através da quase triplicação dos montantes investidos em publicidade por parte das principais marcas de água e pelos ganhos adicionais de quota de mercado conquistados pelas marcas próprias no canal alimentar.

Já no início do mês de Julho, foi publicado o Decreto-Lei n.º 91/96, que estabelece uma taxa de IVA intermédia de 12%, inferior em 5% à taxa de IVA actualmente em vigor, para as águas minerais e de nascente que não contenham adição de outras substâncias.

Esta medida permitirá aos operadores nacionais do sector das águas usufruir de condições de comercialização mais favoráveis.

Em 5 de Junho de 1996, foi assinado pelo Ministro da Economia e pela Ministra do Ambiente a portaria n.º 313/96, de 29 de Junho, que define a regra de funcionamento aplicada às embalagens reutilizáveis e não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicado apenas às embalagens não reutilizáveis.

Relativamente às águas minerais e de nascente, este diploma definiu como limites mínimos de reutilização 5%, 8% e 10%, para os

anos de 1997, 1998 e 1999, respectivamente, e a obrigatoriedade de uma reutilização integral no caso dos estabelecimentos de consumo imediato, a partir de 1999. A Vidago Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., detentora de um dos maiores parques de vasilhame reutilizável do mercado nacional de águas engarrafadas e que em 1995 já comercializou em embalagens reutilizáveis cerca de 47% do seu volume de vendas, está perfeitamente apetrechada para cumprir sem grande esforço os limites impostos por esta nova legislação.

###### B — A Vidago Melgaço & Pedras Salgadas, S. A. (VMPS)

Actividade da VMPS:

Os aspectos mais relevantes que decorrem da comparação entre as contas anuais de 1995 e 1996 são os que se apresentam a seguir.

- 1) Crescimento da facturação em 10,7%;
- 2) Manutenção da margem bruta, que ascendeu a 52% da facturação;

- 3) Crescimento dos custos com fornecimentos e serviços externos em 28%, reflectindo o esforço publicitário realizado com a Água das Pedras (156 000 contos);
- 4) Redução do peso dos custos com pessoal de 14,5% para 12,9% da facturação;
- 5) Aumento do peso dos custos com amortizações e provisões, de 6,7% para 16,4% da facturação, em resultado, essencialmente, do reforço de 481 000 contos em provisões para pensões e do reforço de 118 000 contos em provisões para cobrança duvidosa.

Os investimentos em imobilizado corpóreo, realizados em 1996, totalizaram cerca de 496 000 contos, sendo de destacar a verba de 196 000 contos correspondente à aquisição de taras e vasilhames.

Estrutura accionista da VMPS:

Em 12 de Novembro de 1996 a Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho — SGPS (JMH) lançou uma oferta pública geral de aquisição sobre a totalidade das acções da VMPS. A operação concretizou-se no dia 23 de Janeiro de 1997.

Órgãos de gestão da VMPS:

Em Janeiro de 1997, na altura da concretização da oferta pública geral de aquisição lançada pela JMH sobre a VMPS, José de Sousa Cintra, presidente, Miguel Marreiros de Sousa Cintra e Eng. José Ângelo Ferreira Correia, vogais, renunciaram ao seu cargo, tendo sido substituídos por Dr. José Luís Nogueira de Brito, Prof. Dr. Miguel José Pereira Athayde Marques, e Dr. José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, respectivamente.

Em consequência, o conselho de administração da VMPS passou a ter a seguinte constituição:

Presidente: Dr. José Luís Nogueira de Brito.  
Vogais:

Dr. José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos.  
Eng. Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva.  
Dr. Miguel José Pereira Athayde Marques.  
Dr. Paulo José Ferreira Morgado.

Negócios com empresas detidas pela VMPS:

A VMPS pretende potenciar a área turístico-termal, através das suas participadas Imovipe e Sovipe, beneficiando das excelentes condições naturais e patrimoniais existentes na região de Pedras Salgadas e Vidago, que possibilitam o desenvolvimento de um projecto empresarial autónomo.

O esforço a empreender será conjugado com o interesse das diversas entidades institucionais e privadas já envolvidas no projecto, assim como com outros parceiros estratégicos nacionais e internacionais que a ele possam ficar ligados.

## II — Perspectivas de evolução para a VMPS

Em 1997, a VMPS deverá reforçar a sua competitividade operacional, nomeadamente através da intervenção em três áreas concretas:

- 1) Redefinição da estratégia comercial para os diversos produtos que integram o portfólio da Companhia, através da adaptação da política comercial às exigências da estrutura de canais de distribuição e à alteração acelerada dos hábitos de consumo;

- 2) Adaptação e racionalização da estrutura orgânica da Companhia, através da racionalização dos seus processos operativos, em todas as suas áreas de actuação;
- 3) Reforço da política de recursos humanos, com especial atenção nas áreas de formação, com o objectivo de garantir a excelência das operações, a todos os níveis.

## III — Outros temas

Proposta de aplicação de resultados:

O conselho de administração da VMPS propõe que o resultado líquido negativo de 1 960 255 064\$74, apurado no exercício, seja transferido para resultados transitados.

Pedras Salgadas, 29 de Abril de 1997. — O Conselho de Administração: José Luís Nogueira de Brito, presidente — José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, vogal — Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva, vogal — Miguel José Pereira Athayde Marques, vogal — Paulo José Ferreira Morgado, vogal.

## Anexo ao relatório anual do conselho de administração do exercício de 1996

1 — Relação nos termos do n.º 5 do artigo 447.º, do Código das Sociedades Comerciais:

José de Sousa Cintra:

Em 1 de Janeiro de 1996, detinha 1 993 440 acções;  
Em 31 de Dezembro de 1996, mantinha as mesmas acções.

Miguel José Marreiros de Sousa Cintra:

Em 1 de Janeiro de 1996, detinha 450 455 acções;  
Adquiriu no período de 1 de Junho a 31 de Julho 340 176 acções;  
Adquiriu no período de 1 a 29 de Agosto 2400 acções;  
Adquiriu no período de 30 de Setembro a 31 de Outubro 29 500 acções;  
Em 31 de Dezembro de 1996 detinha 822 531 acções.

2 — Relação nos termos do n.º 44 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

a) Accionistas que detêm, pelo menos, um décimo do capital social:

Miguel José Marreiros de Sousa Cintra — 22,23%;  
Amadeu Dias — 15,7%.

b) Accionistas que detêm, pelo menos metade do capital social:

José de Sousa Cintra — 53,88%.

Os restantes accionistas representam isoladamente, menos de 10% do actual capital social.

O Conselho de Administração: José Luís Nogueira de Brito, presidente — José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, vogal — Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva, vogal — Miguel José Pereira Athayde Marques, vogal — Paulo José Ferreira Morgado, vogal.

## Balanço em 31 de Dezembro de 1996

### ACTIVO

(Em contos)

	1996		1995	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação .....	237 569	119 147	118 422	147 931
Propriedade industrial e outros direitos .....	3 393	1 419	1 974	1 638

(Em contos)

	1996			1995
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	—
	<u>240 962</u>	<u>120 566</u>	<u>120 396</u>	<u>149 569</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais .....	248 152	—	248 152	248 012
Edifícios e outras construções .....	3 115 896	1 031 437	2 084 459	1 873 740
Equipamento básico .....	2 736 704	1 196 139	1 540 565	1 529 747
Equipamento de transporte .....	356 459	224 366	132 093	172 037
Ferramentas e utensílios .....	42 034	19 028	23 006	22 049
Equipamento administrativo .....	382 454	249 163	133 291	119 624
Taras e vasilhame .....	1 365 281	1 118 258	247 023	203 250
Outras imobilizações corpóreas .....	148 394	112 039	36 355	16 150
Imobilizações em curso .....	126 488	—	126 488	120 532
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas .....	37 663	—	37 663	278 182
	<u>8 559 525</u>	<u>3 950 430</u>	<u>4 609 095</u>	<u>4 583 323</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital em empresas do Grupo .....	3 642 179	494 762	3 147 417	3 335 619
Partes de capital em empresas associadas .....	576 708	—	576 708	548 704
Títulos e outras aplicações financeiras .....	8 490	2 588	5 902	8 821
Empréstimos de financiamento .....	1 495 383	975 383	520 000	1 110 043
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros .....	700	—	700	—
	<u>5 723 460</u>	<u>1 472 733</u>	<u>4 250 727</u>	<u>5 003 187</u>
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo .....	100 222	—	100 222	39377
Produtos e trabalhos em curso .....	—	—	—	—
Produtos acabados e intermédios .....	35 774	—	35 774	13 300
Mercadorias .....	191 904	4 999	186 905	154 110
	<u>327 900</u>	<u>4 999</u>	<u>322 901</u>	<u>206 787</u>
<b>Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:</b>				
Clientes de cobrança duvidosa .....	639 047	637 654	1 393	1 402
Empresas do Grupo .....	1 486 399	—	1 486 399	1 446 064
Outros accionistas (sócios) .....	—	—	—	—
Outros devedores .....	177 781	—	177 781	130 210
	<u>2 303 227</u>	<u>637 654</u>	<u>1 665 573</u>	<u>1 577 676</u>
<b>Dívidas de terceiros — curto prazo:</b>				
Clientes c/c .....	781 434	—	781 434	621 690
Clientes — títulos a receber .....	—	—	—	—
Adianta, a fornecedores .....	174 034	—	174 034	174 780
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado .....	8 776	—	8 776	8 816
Estado e outros entes públicos .....	12 110	—	12 110	40 668
Outros devedores .....	233 332	28 947	204 385	334 931
Subscritores de capital .....	—	—	—	—
	<u>1 209 686</u>	<u>28 947</u>	<u>1 180 739</u>	<u>1 180 885</u>
<b>Titulos negociáveis:</b>				
Outras aplicações de tesouraria .....	64 435	—	64 435	149 677

	1996		1995
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
(Em contos)			
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>			
Depósitos bancários .....	44 256		30 006
Caixa .....	16 580		15 889
	<u>125 271</u>		<u>195 572</u>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimos de proveitos .....	7 333		80 005
Custos diferidos .....	39 480		80 171
	<u>46 813</u>		<u>160 176</u>
<i>Total de amortizações</i> .....		<u>4 070 996</u>	
<i>Total de provisões</i> .....		<u>2 144 333</u>	
<i>Total do activo</i> .....	<u>18 536 844</u>	<u>6 215 329</u>	<u>13 057 175</u>

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1996	1995
<b>Capital próprio:</b>		
Capital .....	3 700 000	3 700 000
Acções próprias:		
Valor nominal .....	— 15 944	— 15 944
Prémios de emissão de acções .....	1 274 000	1 274 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas .....	190 171	— 32 837
Reservas de reavaliação .....	1 063 129	1 063 129
Reservas:		
Reservas legais .....	120 843	109 877
Reservas estatutárias .....	188	188
Reservas contratuais .....	43 019	43 019
Outras reservas .....	50 000	50 000
Resultados transitados .....	<u>1 124 457</u>	<u>916 099</u>
<i>Subtotal</i> .....	<u>7 549 863</u>	<u>7 107 531</u>
Resultado líquido de exercício .....	<u>— 1 960 256</u>	<u>219 325</u>
<i>Total do capital próprio</i> .....	<u>5 589 607</u>	<u>7 326 856</u>
<b>Passivo:</b>		
<b>Provisões para riscos e encargos:</b>		
Provisões para pensões .....	481 285	—
Provisões para processos judiciais em curso .....	6 000	—
<b>Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:</b>		
<b>Empréstimos por obrigações:</b>		
Convertíveis .....	—	—
Não convertíveis .....	1 000 000	1 000 000
Dívidas a instituições de crédito .....	1 000 000	1 071 250
Outros empréstimos obtidos .....	170 295	—
Empresas do Grupo .....	9 882	28 823
Empresas participadas e participantes .....	—	—
Outros accionistas (sócios) .....	—	305 299
Outros credores .....	952 879	912 430
	<u>3 620 341</u>	<u>3 317 802</u>

	1996	1995
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito .....	583 041	316 500
Fornecedores, c/c .....	1 332 960	1 068 860
Fornecedores — títulos a pagar .....	12 689	74 260
Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar .....	—	9 484
Outros accionistas .....	284 496	9 317
Adiantamentos de clientes .....	36	6
Fornecedores de imobilizações .....	126 366	143 662
Estado e outros entes públicos .....	70 411	98 742
Outros credores .....	206 270	194 707
	<u>2 616 269</u>	<u>1 915 538</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos .....	215 003	223 810
Proveitos diferidos .....	280 295	273 169
	<u>495 298</u>	<u>496 979</u>
<i>Total do passivo</i> .....	<u>6 731 908</u>	<u>5 730 319</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i> .....	<u>12 321 515</u>	<u>13 057 175</u>

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível.*)

### Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1996

#### CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1996		1995	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias .....	2 471 577		2 357 239	
Matérias .....	<u>579 858</u>	3 051 435	<u>393 283</u>	2 750 522
Fornecimentos e serviços externos .....		1 693 853		1 325 568
Custos com o pessoal:				
Remunerações .....	568 339		728 569	
Encargos sociais:				
Pensões .....	—		—	
Outros .....	<u>244 918</u>	813 257	<u>99 841</u>	828 410
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo .....	429 324		382 070	
Provisões .....	<u>607 683</u>	1 037 007	<u>2 261</u>	384 331
Impostos .....	6 065		12 198	
Outros custos e perdas operacionais .....	<u>102 539</u>	<u>108 604</u>	<u>77 093</u>	<u>89 291</u>
(A) .....		6 704 156		5 378 122
Juros e custos similares:				
Outros .....	<u>1 778 599</u>	<u>1 930 778</u>	<u>298 855</u>	<u>383 853</u>
(C) .....		8 634 934		5 761 975
Custos e perdas extraordinários .....		<u>49 991</u>		<u>71 112</u>
(E) .....		8 684 925		5 833 087
Imposto sobre o rendimento do exercício .....		<u>102 786</u>		<u>86 520</u>
(G) .....		8 787 711		5 919 607
Resultado líquido do exercício .....		<u>— 1 960 256</u>		<u>219 325</u>
		<u>6 827 455</u>		<u>6 138 932</u>

## PROVEITOS E GANHOS

	1996		1995	
<b>Vendas:</b>				
Mercadorias .....	3 144 644		2 912 617	
Produtos .....	3 137 632		2 758 099	
Prestações de serviços .....	43 387	6 325 663	42 085	5 712 801
Variação da produção .....	22 474		- 56 306	
Trabalhos para a própria empresa .....	-		-	
Proveitos suplementares .....	107 066		96 733	
Subsídios à exploração .....	3 713		1 820	
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	8 484	141 737	5 219	47 466
(B) .....		6 467 400		5 760 267
Ganhos em comp. do Grupo e associadas .....	261 416		61 692	
<b>Rendimentos títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:</b>				
Outros .....	-		-	
<b>Outros juros e proveitos similares:</b>				
Outros .....	39 938	301 084	39 003	100 695
(D) .....		6 768 484		5 860 962
Proveitos e ganhos extraordinários .....		58 971		-
(F) .....		6 827 455		6 138 932
<b>Resumo:</b>				
Resultados operacionais (B)-(A) = .....		- 236 756		382 145
Resultados financeiros (D-B)-(C-A) = .....		- 1 629 694		- 283 158
Resultados correntes (D)-(C) = .....		- 1 866 450		98 987
Resultados antes de impostos (F)-(E) = .....		- 1 857 470		305 845
Resultado líquido do exercício (F)-(G) = .....		- 1 847 256		219 325

O Conselho de Administração: José Luís Nogueira de Brito, presidente — José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, vogal — Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva, vogal — Miguel José Pereira Athayde Marques, vogal — Paulo José Ferreira Morgado, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

## Demonstração dos fluxos de caixa

(Em contos)

Rubricas	1996	1995
<b>Actividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes .....	6 936 430	6 730 312
Pagamentos a fornecedores .....	5 153 680	4 516 803
Pagamentos ao pessoal .....	818 842	823 359
Fluxo gerado pelas operações .....	963 908	1 390 150
Pagamento imposto sobre o rendimento .....	16 402	178 423
Outros pagamentos relativos à actividade operacional .....	194 164	390 605
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias .....	753 342	821 122
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	15 082	1 192
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	24 572	37 178
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i> .....	743 852	785 136
<b>Actividades de investimento:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros .....	-	-
Imobilizações corpóreas .....	37 456	260 995
Subsídios de investimentos .....	20 481	0
Juros e proveitos similares .....	859	285
	58 796	261 280

(Em contos)

Rubricas	1996	1995
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros .....	430 849	1 310 194
Imobilizações corpóreas .....	525 079	542 255
Imobilizações Incorpóreas .....	2 708	104 403
	<u>958 636</u>	<u>1 956 852</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i> .....	<u>(899 840)</u>	<u>(1 695 572)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos .....	323 569	1 735 000
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão .....	—	299 118
	<u>323 569</u>	<u>2 034 118</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos .....	—	741 623
Amortização contratos locação financeira .....	9 847	5 150
Juros e custos similares .....	226 816	236 428
Dividendos .....	—	148 507
	<u>236 663</u>	<u>1 131 708</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i> .....	<u>86 906</u>	<u>902 410</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) .....	(69 082)	(8 026)
Efeito das diferenças de câmbio .....	(13 010)	(541)
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	195 572	204 13
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	113 480	195 572

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível*.)

### Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

#### 1 — Aquisição de participações em filiais

- Preço de aquisição — não aplicável;
- Valor pago por caixa ou equivalentes — não aplicável;
- Montante de caixa ou equivalentes nas filiais — não aplicável;
- Quantias dos outros activos e passivos adquiridos — não aplicável.

#### 2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Rubricas	1996	1995
Numerário .....	16 580	15 889
Depósitos à ordem .....	32 465	30 006
Equivalentes a caixa .....	64 435	149 677
Caixa e equivalentes .....	113 480	195 572
Disponibilidades constantes do balanço	113 480	195 572

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível*.)

### Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados

#### 1 — Casos excepcionais com efeito nas demonstrações financeiras: Nada a registar.

#### 2 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujo conteúdo não seja comparável com as do exercício anterior:

As contas do exercício findo, apresentam algumas alterações relativamente ao anterior, nomeadamente um acréscimo de provisões operacionais e financeiras directamente relacionadas

com as participações nas companhias Espanholas, Fonsana de Somossierra, S. A., Águas de Fontenova, S. A. e Diasa, S. A., que se computa em cerca de 1544 381 contos;

Ainda no que respeita a provisões, há a registar a constituição da provisão para encargos com complementos de pensões de reforma, a qual ascendeu a cerca de 481 285 contos;

Para além destes aspectos, salientam-se algumas alterações nas políticas de acréscimo e diferimento, cuja materialidade não é comparativamente relevante.

#### 3 — Critérios valorimétricos utilizados e métodos de cálculo de ajustamento de valor:

a) Durante o exercício económico de 1996 foi utilizado o seguinte método de cálculo das amortizações:

Taras máximas para os elementos da rubrica de taras e vasilhame: garrafas, grades e grampos;

Taxa mínimas para os restantes elementos do imobilizado corpóreo e incorpóreo.

#### b):

Investimentos financeiros: método da equivalência patrimonial;

Mercadorias: custo de aquisição;

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: custo de aquisição;

Produtos acabados: custo de produção;

Provisões para investimentos financeiros: critério económico.

#### c) Provisões para crédito cobrança duvidosa: critério fiscal.

4 — As cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa das contas originariamente expressas em moeda estrangeira foram as de 31 de Dezembro de 1996, conforme o seguinte quadro:

Moeda	Clientes	Fornecedores
ESP .....	1\$19	1\$19
DEM .....	100\$86	100\$86
USD .....	—\$—	156\$70

5 — Medida em que o resultado do exercício tenha sido afectado com vista a obter vantagens fiscais — nada a registar.

6 — Indicação de situações que afectem significativamente os impostos futuros — nada a registar.

7 — Número médio de pessoas ao serviço da Companhia (empregados) — 261.

8 — Comentário às contas 431 — Despesas de instalação e 433 — Propriedade industrial e outros direitos:

431 — Despesas de instalação:

Estudos e projectos — 1904 contos.

9 — Justificação da amortização dos trespasses para além de um período de cinco anos — nada a registar.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
(Em contos)						
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação .....	235 665	—	—	—	1 904	237 569
Propriedade industrial e outros direitos .....	2 589	—	—	—	804	3 393
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	—	—	—
	<u>238 254</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>2 708</u>	<u>240 962</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais .....	248 012	—	—	—	140	248 152
Edifícios e outras construções .....	2 842 784	—	36 230	—	236 882	3 115 896
Equipamento básico .....	2 617 288	—	16 658	— 7 893	110 651	2 736 704
Equipamento de transporte .....	393 333	—	10 032	— 24 175	— 21 731	356 704
Ferramentas e utensílios .....	38 004	—	4 030	—	—	42 034
Equipamento administrativo .....	346 814	—	39 073	— 3 667	234	382 454
Taras e vasilhame .....	1 233 770	—	195 718	— 1 333	— 62 874	1 365 281
Outras imobilizações corpóreas .....	119 888	—	28 609	—	— 104	148 393
Imobilizações em curso .....	120 532	—	188 940	— 33 406	— 149 578	126 488
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas .....	278 182	—	—	—	— 240 519	37 663
	<u>8 237 607</u>	<u>—</u>	<u>519 290</u>	<u>— 70 474</u>	<u>— 126 899</u>	<u>8 559 524</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do Grupo .....	3 338 207	—	—	—	(a) 303 972	3 642 179
Empréstimos a empresas do Grupo .....	1 110 043	—	296 223	—	89 117	1 495 383
Partes de capital em empresas associadas .....	548 704	—	—	—	(a) 28 004	576 708
Empréstimos em empresas associadas .....	—	—	—	—	—	—
Títulos e outras aplicações financeiras .....	8 821	—	—	—	— 330	8 491
Imobilizações em curso .....	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros .....	—	—	1 000	—	— 300	700
	<u>5 005 775</u>	<u>—</u>	<u>297 223</u>	<u>—</u>	<u>88 487</u>	<u>5 723 461</u>

(a) Este valor resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula-rizações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação .....	87 734	31 413	—	119 147
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos .....	951	468	—	1 419
Trespasse .....	—	—	—	—
	<u>88 685</u>	<u>31 881</u>	<u>—</u>	<u>120 566</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais .....	—	—	—	—
Edifícios e outras construções .....	969 044	62 393	—	1 031 437
Equipamento básico .....	1 087 541	115 779	— 7 181	1 196 139
Equipamento de transporte .....	220 296	31 012	— 26 943	224 365
Ferramentas e utensílios .....	15 955	3 073	—	19 028

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula- rizações	Saldo final
Equipamento administrativo .....	227 190	24 302	— 2 329	249 163
Taras e vasilhame .....	1 030 520	152 562	— 64 824	1 118 258
Outras imobilizações corpóreas .....	103 738	8 322	— 21	112 039
	<u>3 654 284</u>	<u>397 443</u>	<u>— 101 298</u>	<u>3 950 429</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo .....	—	494 762	—	494 762
Títulos e outras aplicações financeiras .....	2 588	—	—	2 588
Outros empréstimos concedidos .....	—	975 383	—	975 383
	<u>2 588</u>	<u>1 470 145</u>	<u>—</u>	<u>1 472 733</u>
<i>Total geral</i> .....	<u>3 745 557</u>	<u>1 899 469</u>	<u>— 101 298</u>	<u>5 543 728</u>

11 — Indicação dos custos ocorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período — nada a registar.

12 — Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros:

Decreto-Lei n.º 118-B/86, Decreto-Lei n.º 111/88, Decreto-Lei n.º 49/91 e Decreto-Lei n.º 264/92.

13 — Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Rubricas	Custo histórico	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
			(Em contos)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais .....	119 105	129 047	248 152
Edifícios e outras construções .....	749 537	1 334 922	2 084 459
Equipamento básico .....	900 602	639 963	1 540 565
Equipamento de transporte .....	95 750	36 343	132 093
Ferramentas e utensílios .....	13 989	9 017	23 006
Equipamento administrativo .....	90 029	43 262	133 291
Taras e vasilhame .....	105 096	141 927	247 023
Outras imobilizações corpóreas .....	30 631	5 724	36 355
	<u>2 104 739</u>	<u>2 340 205</u>	<u>4 444 944</u>

14 — Com relação às imobilizações corpóreas e em curso:

a) Indicação do valor global, para cada uma das contas, de:

1 — Imobilizações em poder de terceiros (em contos):

Taras .....	775 098
Terrenos e edifícios .....	1 206 692
Equipamento informático .....	2 473
Viaturas .....	3 264

2 — Imobilizações implantadas em propriedade alheia (em contos):

Terreno para servidão de aqueduto .....	500
---	-----

4 — Imobilizações localizadas no estrangeiro — nada a registar.

5 — Imobilizações reversíveis — nada a registar.

b) Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes ao exercício e acumulados — nada a registar.

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Descrição	Valores contabilísticos
Contrato 11704 — Equipamento informático .....	23 939 342\$00
Contrato 7628 — Diversos copiadores Panasonic .....	1 264 330\$00
Contrato 7266 — Três Impressoras IBM 4224 Mod 2 .....	969 930\$00
Contrato 7265 — Sete OFX-300 Telecopiadores .....	733 930\$00
Contrato 6656 — Ford Mondeo 1.8 D .....	4 829 363\$00
Contrato 6461 — Corsas Van 1.5 D .....	14 200 198\$00
Contrato 6468 — Mercedes 44-53-FP .....	24 000 000\$00
<i>Total</i> .....	<u>69 937 093\$00</u>

## 16 — Quadro das companhias do grupo, associadas e participadas

Firma	Fracção do capital detida	Capital social	Capitais próprios	Resultado do último exercício	Valor de balanço
Comp. Portug. de Águas Salus (Vidago), S. A., Vidago .....	99,75	200 000	870 467	— 24 595	868 819
Insulana — Água de Mesa, S. A., Auto-Estrada Lisboa-Sintra, km 2, Alfragide, 2700 Amadora .....	98,80	750	1 432	— 28	1 414
Meyrelles & Companhia, S. A., Rua das Laranjeiras, 31, Ponta Delgada .....	60,00	12 000	40 109	— 11 738	24 068
Sovipe — Soc. de Desenv. Turístico de Vidago e Pedras Salgadas, S. A., Pedras Salgadas .....	36,25	1 600 000	1 590 910	— 197 796	576 708
Empresas Casinos do Monte Estoril, L. <sup>da</sup> , Auto-Estrada Lisboa-Sintra, km 2, Alfragide, 2700 Amadora .....	65,30	235	10 230	— 25	6 680
Soc. Imobil. Ribamar Estoril, L. <sup>da</sup> , Auto-Estrada Lisboa-Sintra, km 2, Alfragide, 2700 Amadora .....	69,07	750	1 151	— 23	795
Imovipe — Soc. de Construção e Gestão de Imóveis de Vidago e Pedras Salgadas, L. <sup>da</sup> , Pedras Salgadas .....	66,45	30 000	203 229	— 7 708	135 035
Águas do Caramulo — Soc. de Captação e Exploração de Águas Minerais, L. <sup>da</sup> , Varzielas, Oliveira de Frades	99,99	500 000	1 298 406	28 638	1 298 276
Vidágua — Soc. de Bebidas e Produtos Alimentares, L. <sup>da</sup> , Rua das Ameixoeiras, Francelos, 4405 Valadares .....	99,90	40 000	241 551	— 7 881	241 309
Águas de São Lourenço, L. <sup>da</sup> , Rua do Peru, 29, Brejo de Azeitão, 2925, Azeitão .....	99,84	38 000	125 553	— 35 964	125 353
Diasa — Distribuidora de Águas, S. A., Rua Santa Maria de la Cabeza, 55, Madrid, Espanha .....	100,00	PTS 15 000	PTS — 55 010	n. d.	n. d.
Fonsana de Somossierra, S. A., Rua Santa Maria de la Cabeza, 55, Madrid, Espanha .....	100,00	PTS 30 000	PTS 37 964	n. d.	n. d.
Água de Fontenova, S. A., Rua Santa Maria de la Cabeza, 55, Madrid, Espanha .....	100,00	PTS 30 000	PTS 28 637	n. d.	n. d.
Oniáguas — Empresas de Águas Mineromedicinais de Mação, S. A., lugar da Ladeira, Envendo, Mação .....	90,00	240 000	495 185	258 346	445 667

(Em contos)

Nota. — Os capitais próprios, os resultados do último exercício e o valor do balanço estão referidos a 31 de Dezembro de 1996.

Os capitais próprios, relativos à Diasa; Fonsana de Somossierra, Águas de Fontenova, estão referidos a 31 de Dezembro de 1994, encontram-se em milhares de pesetas.

17 — Relativamente às acções e quotas incluídas na conta de títulos negociáveis, cujo valor contabilístico represente mais de 5% do activo circulante da detentora, indicação das firmas, quantidades, valores nominais e valores de balanço — nada a registar.

18 — Discriminação da conta 4154 — Fundos e indicação das respectivas afectações — nada a registar.

19 — Indicação global das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos do elemento do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e as quantidades correspondentes aos respectivos preços de mercado — nada a registar.

20 — Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado — nada a registar.

21 — Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor — nada a registar.

22 — Valores globais das existências que se encontram fora da companhia:

Em trânsito — 1066 contos.

23 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa, incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Clientes de cobrança duvidosa em 31 de Dezembro de 1996 — 639 047 contos.

24 — Indicação, global para cada um dos órgãos, dos adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização da companhia, com indicação das respectivas taxas de juro, das condições principais e das quantias já reembolsadas, bem como das responsabilidades assumidas de sua conta mediante qualquer garantia — nada a registar.

25 — Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da companhia (em contos):

Dívidas activas .....	15 412
Dívidas passivas .....	2 707

26 — Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço, quando nele não estiveram evidenciadas — nada a registar.

27 — Quantidade e valor nominal de obrigações convertíveis, de títulos de participação e de outros títulos ou de direitos similares, emitidos pela companhia, com indicação dos direitos que conferem — nada a registar.

28 — Discriminação das dívidas incluídas na conta de Estado e outros entes públicos, em situação de mora — não existem dívidas ao Estado e outros entes públicos, em situação de mora.

29 — Valor das dívidas a terceiros (ou parte de cada uma delas) a mais de cinco anos — nada a registar.

30 — Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela companhia, com indicação da natureza e da forma destas, bem como da sua repartição em conformidade com as rubricas do balanço — nada a registar.

31 — Valor global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação financeira da companhia — nada a registar.

32 — Descrição das responsabilidades da companhia por garantias prestadas, desdobrando-se de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais:

Garantia bancária prestada à Alfândega de Lisboa, no valor de 1 000 000\$;
Garantia bancária prestada à Alfândega do Freixo, no valor de 250 000\$;

Garantias prestadas à EDP — Electricidade de Portugal, E. P., respeitante ao depósito em caução para o fornecimento de energia eléctrica, no valor de 216 000\$ e 35 486 000\$;

Garantia bancária prestada ao Tribunal de Trabalho de Lisboa, no valor de 29 000 000\$;

Garantia bancária prestada ao IAPMEI no âmbito do PEDIPIL no valor de 121 119 500\$00;

Garantia bancária prestada à Cinevoz, referente à Campanha de publicidade no valor de 70 000 000\$;

Garantia bancária prestada ao Governo Civil de Lisboa, referente à grande promoção de Verão no valor de 22 000 000\$;

Garantia bancária prestada à administração fiscal espanhola, por parte da Fonsana de Somossierra, no valor de 20 877 213 ESP; Reforço da garantia anteriormente mencionada em 3 246 845 ESP;

Aval prestado em nome e a pedido da Fonsana de Somossierra, S. A, a favor do BFE, no valor de 50 000 000 ESP;

Aval prestado em nome e a pedido da Fonsana de Somossierra, S. A, a favor de BCH, no valor de 30 000 000 ESP;

Aval prestado em nome e a pedido de Águas de Fontenova a favor de Cajá Madrid, no valor de 20 000 000 ESP;

Aval prestado em nome e a pedido de Águas de Fontenova a favor do Banco Pastor, no valor de 55 000 000 ESP;

Avale prestado à Sovipe, como garantia de pagamento de letra aceite por esta e sacada por Abrantina, S. A, no valor de 114 687 266\$;

Aval prestado em nome e a pedido da Sovipe, a favor do BFE., como garantia do financiamento de médio e longo prazo concedido, no valor de 375 000 000\$;

Aval prestado em nome e a pedido da Sovipe, a favor do BFE, como garantia do financiamento em conta corrente caucionada de 125 000 000\$;

Aval prestado em nome da Sovipe, a favor de BNU, como garantia do financiamento em conta corrente caucionada no valor de 60 000 000\$;

Aval prestado em nome e a pedido da Oniáguas, S. A., a favor do CISF, como caução de financiamento, no valor de 320 132 000\$;

Avaes prestados em nome e a pedido do Caramulo, S. A., a favor do BFE, como caução de financiamento, no montante de 75 000 000\$

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BFB, no valor de 160 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BPSM no valor de 200 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do General Bank no valor de 150 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BBI no valor de 300 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BTA no valor de 250 000 000\$.

33 — Indicação da diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadas — nada a registar.

34 — Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

(Em contos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 — Provisões para aplicações de tesouraria .....	—	—	—	—
28 — Provisões para cobranças duvidosas .....	553 387	115 416	2 194	666 601
29 — Provisões para riscos e encargos .....	—	487 285	—	487 285
39 — Provisões para depreciação de existências .....	—	4 999	—	4 999
49 — Provisões para investimentos financeiros .....	2 588	1 470 145	—	1 472 733

35 — Forma como se realizou o capital social e seus aumentos ou reduções, apenas no exercício em que tiveram lugar. Indicação do capital ainda não realizado — nada a registar.

36 — Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e seu valor nominal:

3 700 000 acções ordinárias com o valor nominal de 1000\$, sendo:

Nominativos .....	9 072
Portador .....	3 690 928

37 — Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20% — nada a registar.

38 — Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital durante o exercício, dentro dos limites do capital autorizado — nada a registar.

39 — Indicação das variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício — nada a registar.

40 — Movimento das contas de situação líquida no exercício:

(Em contos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51 — Capital .....	3 700 000	—	—	3 700 000
52 — Acções próprias .....				
52.1 — Valor nominal .....	— 15 944	—	—	— 15 944
52.2 — Prémios e descontos .....	—	—	—	—
53 — Prestações suplementares .....	—	—	—	—
54 — Prémios de emissão de acções .....	1 274 000	—	—	1 274 000
55 — Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
55.1 — Ajustamentos de transição .....	— 32 837	—	—	— 32 837
56 — Reservas de reavaliação:				
De imobilizações corpóreas:				
56.1 — Decreto-Lei n.º 118/B-86 .....	83 839	—	—	83 839
56.2 — Decreto-Lei n.º 111/88 .....	192 322	—	—	192 322

(Em contos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
56.3 — Decreto-Lei n.º 49/91 .....	431 379	—	—	431 379
56.4 — Decreto-Lei n.º 264/92 .....	283 081	—	—	283 081
56.9 — Investimentos financeiros .....				
56.91 — Ajustamentos participação capital .....	72 509	—	—	72 509
57 — Reservas .....				
57.1 — Reservas legais .....	109 877	10 966	—	120 843
57.2 — Reservas estatutárias .....	188	—	—	188
57.3 — Reservas contratuais:				
57.31 — Juros empréstimo SEE .....	43 019	—	—	43 019
57.9 — Reservas estabilização dividendos .....	50 000	—	—	50 000
58 — Reservas livres .....	—	—	—	—
59 — Resultados transitados .....				
59.1 — Exercício de 1987 .....	360 062	—	—	360 062
59.2 — Exercício de 1988 .....	64 625	—	—	64 625
59.3 — Exercício de 1989 .....	133 679	—	—	133 679
59.4 — Exercício de 1990 .....	192 780	—	—	192 780
59.5 — Exercício de 1991 .....	68 684	—	—	68 684
59.6 — Exercício de 1992 .....	76 972	—	—	76 972
59.7 — Exercício de 1993 .....	33 964	—	—	33 964
59.8 — Exercício de 1994 .....	— 14 668	—	—	— 14 668
59.9 — Exercício de 1995 .....	—	219 325	10 966	208 358
Resultados líquidos .....	219 325	— 1 942 256	219 325	— 1 942 255
	7 326 856	— 1 447 553	271 695	5 607 607

## 41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(Em contos)

Movimentos	Mercadorias	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais .....	154 110	39 377
Compras .....	2 519 607	641 575
Regularização de existências .....	— 10 236	— 871
Existências finais .....	191 904	100 222
Custos no exercício .....	2 471 577	579 859

## 42 — Demonstração da variação da produção:

(Em contos)

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Suprodutos, desperdícios e refugos	Produtos de trabalho em curso
Existências finais .....	35 774	—	—
Regularização de existências .....	—	—	—
Existências iniciais .....	13 300	—	—
Transferências .....	—	—	—
Aumento/redução no exercício .....	22 474	—	—

43 — Indicação, global por cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionados com o exercício das respectivas funções (em contos):

Remunerações da administração .....	23 689
Remunerações do conselho fiscal .....	2 100

## 44 — Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 — Vendas e 72 — Prestações de serviços:

(Em contos)

	Mercado interno	Mercado externo
Vendas .....	6 023 931	258 345
Prestações de serviços .....	43 387	—
<i>Total</i> .....	6 067 318	258 345

## 45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS		(Em contos)	
	1996	1995	
681 — Juros suportados .....	214 934	227 967	
682 — Remunerações a títulos de participação .....	152 179	84 998	
683 — Amortiz. de investimentos em imóveis .....	—	—	
684 — Provisões para aplicações financeiras .....	1 470 145	2 588	
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	25 051	11 569	
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos .....	44 389	35 221	
687 — Perdas alienação aplicações de tesouraria .....	—	—	
688 — Outros custos e perdas financeiros .....	24 080	21 509	
Resultados financeiros .....	<u>— 1 629 694</u>	<u>— 283 158</u>	
	301 084	100 694	

  

PROVEITOS E GANHOS		(Em contos)	
	1996	1995	
781 — Juros obtidos .....	18 515	19 347	
782 — Ganhos em comp. do Grupo e associadas .....	261 146	61 692	
783 — Rendimentos de imóveis .....	3	27	
784 — Rendimento de participação de capitais .....	—	—	
785 — Diferenças de câmbio favoráveis .....	7 162	19 074	
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos .....	14 258	554	
787 — Ganhos alienação aplicações de tesouraria .....	—	—	
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros .....	—	—	
	<u>301 084</u>	<u>100 694</u>	

## 46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS		(Em contos)	
	1996	1995	
691 — Donativos .....	1 708	1 209	
692 — Dívidas incobráveis .....	779	—	
693 — Perdas em existências .....	11 107	28 927	
694 — Perdas em imobilizações .....	14 425	5 007	
695 — Multas e penalidades .....	884	357	
696 — Aumentos de amortizações e provisões .....	—	—	
697 — Correções exercícios anteriores .....	20 012	29 376	
698 — Outros custos e perdas extraordinários .....	1 076	6 236	
Resultados extraordinários .....	<u>8 980</u>	<u>206 858</u>	
	58 971	277 970	

  

PROVEITOS E GANHOS		(Em contos)	
	1996	1995	
791 — Restituições de impostos .....	—	—	
792 — Recuperação de dívidas .....	—	—	
793 — Ganhos em existências .....	—	—	
794 — Ganhos em imobilizações .....	28 350	261 231	
795 — Benefícios de penalidades contratuais .....	207	—	
796 — Reduções de amortizações e provisões .....	2 185	1 060	
797 — Correções exercícios anteriores .....	14 445	1 147	
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	13 784	14 532	
	<u>58 971</u>	<u>277 970</u>	

47 — Informações exigidas por diplomas legais — nada a registar.

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

No final do exercício existiam, processos judiciais em curso contra a companhia, no montante de 108 340 contos, para os quais se entendeu não constituir provisões, considerando a expectativa da não concretização daquele montante.

O Conselho de Administração: José Luís Nogueira de Brito, presidente — José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, vogal — Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva, vogal — Miguel José Pereira Athayde Marques, vogal — Paulo José Ferreira Morgado, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

## Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas de Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1996 (que evidencia um total de 12 321 515 contos e um total de capital próprio de 5 589 607 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 1 960 256 contos), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa e anexo do exercício findo naquela data.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação de relatório de gestão e de demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração da empresa, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
- A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
- A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., em 31 de Dezembro de 1996 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1 — Existem processos judiciais em curso contra a empresa no montante de 108 340 contos para os quais não foi criada qualquer provisão, pelos motivos referidos na nota n.º 48 do anexo ao balanço e demonstração de resultados.

8.2 — Tal como se refere na nota n.º 2 do anexo ao balanço e demonstração de resultados, a empresa procedeu no presente exercício a alterações nas políticas contabilísticas no que respeita a provisões, acréscimos e diferimentos de que resultou um acréscimo de custos de pelo menos 2 025 666 contos.

Lisboa, 2 de Maio de 1997. — António Grenha e Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Maria Gomes da Rocha Grenha*, revisor oficial de contas.

## Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — No cumprimento do mandato que nos foi conferido e nos termos das disposições legais em vigor, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, assim como sobre o relatório e propostas apresentadas pelo conselho de administração da Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., relativos ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 1996.

2 — No desempenho das nossas funções acompanhámos a actividade social da empresa ao longo do período em apreço através da análise dos livros, registos e documentos contabilísticos e das explicações recebidas do conselho de administração e dos serviços, os quais nos prestaram todas as informações e esclarecimentos solicitados bem como o excelente apoio e colaboração que bastante facilitaram a nossa tarefa.

3 — Examinámos os documentos de prestação de contas e o relatório do conselho de administração, que se encontram de acordo com os requisitos legais e estatutários, descrevendo os eventos de maior relevância ocorridos no exercício, permitindo assim uma adequada interpretação dos referidos documentos de prestação de contas.

4 — De acordo com o disposto no artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório anual e a certificação legal das contas e relatório do auditor externo, elaboradas pela sociedade de revisores oficiais de contas, que aqui se dão por reproduzidos e com os quais concordamos.

5 — Com base nas verificações a que procedemos ao longo do exercício e tendo em conta a opinião expressa na referida certificação legal das contas e relatório do auditor externo, que pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 1996 apresentados pelo conselho de administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão do conselho de administração;
- c) Seja aprovado um voto de louvor ao conselho de administração pela eficiência demonstrada na condução dos negócios sociais da empresa.

Lisboa, 2 de Maio de 1997. — O Conselho Fiscal: *Victor António Duarte Faveiro*, presidente — *José Manuel Vaz Fragoso*, vogal — *Francisco Gouveia dos Santos*, vogal — António Grenha e Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Maria Gomes da Rocha Grenha*, revisor oficial de contas.

## Relatório e contas consolidadas 1996

### Corpos sociais

Conselho de administração:

José Luís Nogueira de Brito.  
José Manuel da Silva e Castro Soares dos Santos.  
Miguel Pereira Athayde Marques.  
Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva.  
Paulo José Ferreira Morgado.

Assembleia geral:

Presidente: Ponciano dos Santos Gomes Serrano.  
Vice-presidente: Victor Manuel Alves Coelho.  
Secretário: Luís Ferreira da Costa.

Conselho fiscal:

Presidente: Vítor António Duarte Faveiro.  
Vogais:

José Manuel Vaz Fragoso.  
António Maria Gomes da Rocha Grenha, em representação  
de António Grenha & Bryant Jorge — Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas.

Suplente: Armindo dos Santos Pinho, em representação de António  
Grenha & Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

## Relatório do conselho de administração

### I — Factos mais relevantes ocorridos no ano de 1996

#### A — Envolvente externa

Durante o ano de 1996, o negócio de bebidas, sazonal e fortemente correlacionado com as condições climatéricas, foi negativamente influenciado pelas menores temperaturas e pelos elevados índices de pluviosidade registados nas zonas norte, centro e sul do nosso país. A tabela seguinte ilustra esta situação:

Condições climatéricas	1995	1996	Variação (porcentagem)
<b>Temperaturas (valores min./máx., em graus centígrados):</b>			
Porto .....	12,2/19,9	10,9/18,9	- 11/- 5
Lisboa .....	13,7/21,7	13,0/21,2	- 5/- 2
Faro .....	13,6/22,5	13,6/21,7	-/- 4
<b>Pluviosidade (valores em litros por m<sup>2</sup>):</b>			
Porto .....	1 248	1 360	+ 9
Lisboa .....	794	1 152	+ 45
Faro .....	496	967	+ 95

Em 1996, e relativamente a 1995, as condições concorrenciais no sector das águas minerais e de nascente intensificaram-se, facto que é evidenciado através da quase triplicação dos montantes investidos em publicidade por parte das principais marcas de água e pelos ganhos adicionais de quota de mercado conquistados pelas marcas próprias no canal alimentar.

Já no início do mês de Julho, foi publicado o Decreto-Lei n.º 91/96, que estabelece uma taxa de IVA intermédia de 12%, inferior em 5% à taxa de IVA actualmente em vigor, para as águas minerais e de nascente que não contenham adição de outras substâncias. Esta medida permitirá aos operadores nacionais do sector das águas usufruir de condições de comercialização mais favoráveis.

Em 5 de Junho de 1996, foi assinado pelo Ministro da Economia e pela Ministra do Ambiente a portaria n.º 313/96, de 29 de Junho, que define a regra de funcionamento aplicada às embalagens reutilizáveis e não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicado apenas às embalagens não reutilizáveis. Relativamente às águas minerais e de nascente, este diploma definiu como limites mínimos de reutilização 5%, 8% e 10%, para os anos de 1997, 1998 e 1999, respectivamente, e a obrigatoriedade de uma reutilização integral no caso dos estabelecimentos de consumo imediato, a partir de 1999. A Vidago Melgaço & Pedras Salgadas, S. A. (VMPS), detentora de um dos maiores parques de vasilhame reutilizável do mercado nacional de águas engarrafadas e que em 1995 já comercializava em embalagens reutilizáveis cerca de 47% do seu volume de vendas, está perfeitamente apetrechada para cumprir sem grande esforço os limites impostos por esta nova legislação.

#### B — O Grupo Vidago

Actividade do Grupo Vidago:

No final do mês de Fevereiro de 1996, procedeu-se à desactivação das instalações industriais das Águas de São Lourenço, e à consequente interrupção da comercialização dos respectivos produtos, em virtude da falta de competitividade evidenciada por esta marca.

Em 2 de Maio de 1996, foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Indústria e Energia, e a Meyrelles & Companhia, S. A., sediada na referida região, um contrato de concessão de exploração da Água Mineral Natural das Lombadas, no concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Este contrato é válido por um período inicial de 50 anos, podendo ser prorrogado sucessivamente por dois prazos idênticos de 20 anos cada.

Aspectos mais relevantes que decorrem da comparação entre as contas anuais de 1995 e 1996:

- 1) Crescimento da facturação em 11,4%;
- 2) Manutenção da margem bruta de 71,6% para 73,8% da facturação;
- 3) Crescimento dos custos com fornecimentos e serviços externos em 18,6%, reflectindo o esforço publicitário realizado com a Água das Pedras (156 000 contos);

4) Redução do peso dos custos com pessoal de 23,4% para 20,7% da facturação;

5) Aumento do peso dos custos com amortizações e provisões de 11% para 22,6%, em resultado da conjugação dos seguintes factores:

- a) Acréscimo do valor das amortizações em 172 000 contos, dos quais 112 000 contos referentes à participada Sovipe;
- b) Acréscimo do valor das provisões, em resultado, essencialmente, do reforço de 481 000 contos em provisões para pensões e 170 000 contos para provisões de cobrança duvidosa.

Os investimentos em imobilizado corpóreo, realizados em 1996, totalizaram 1 112 000 contos. Deste montante destacam-se as verbas de 196 000 contos, correspondentes à aquisição de taras e vasilhame, e de 136 000 contos, 134 000 contos e 213 000 contos, correspondentes a investimentos de modernização e expansão realizados nas fábricas de Pedras Salgadas, Caramulo e Oniáguas (empresa engarrafadora da marca Ladeira), respectivamente. Do valor global de investimento atrás referido, destaca-se ainda a verba de 338 000 contos correspondente à recuperação e construção do Hotel Avelames (Sovipe).

Relativamente aos negócios desenvolvidos na área turística, a Sovipe registou em 1996 um volume de facturação de 263 000 contos, significativamente superior aos 209 000 contos obtidos no ano anterior, e um resultado líquido negativo que ascendeu a 198 000 contos. Este resultado, inferior aos 48 000 contos, também negativos, obtidos em 1995, resulta essencialmente do elevado peso na facturação dos principais custos de natureza fixa: custos com pessoal (38%), amortizações (65%).

Estrutura accionista da VMPS:

Em 12 de Novembro de 1996 a Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho — SGPS (JMH) lançou uma oferta pública geral de aquisição sobre a totalidade das acções da VMPS. A operação concretizou-se no dia 23 de Janeiro de 1997.

Órgãos de gestão da VMPS:

Em Janeiro de 1997, na altura da concretização da oferta pública geral de aquisição lançada pela JMH sobre a VMPS, os senhores, José de Sousa Cintra, presidente, Miguel Marreiros de Sousa Cintra e Eng. José Ângelo Ferreira Correia, Vogais, renunciaram ao seu cargo, tendo sido substituídos pelos Dr. José Luís Nogueira de Brito, Prof. Dr. Miguel José Pereira Athayde Marques, e Dr. José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, respectivamente. Em consequência, o conselho de administração da VMPS passou a ter a seguinte constituição:

Presidente: Dr. José Luís Nogueira de Brito.

Vogais:

Dr. José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos.  
Eng. Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva.

Dr. Miguel José Pereira Athayde Marques.  
Dr. Paulo José Ferreira Morgado

Negócios com empresas detidas pela VMPS:

A VMPS pretende potenciar a área Turístico-Termal, através das suas participadas Imovipe e Sovipe, beneficiando das excelentes condições naturais e patrimoniais existentes na região de Pedras Salgadas e Vidago, que possibilitam o desenvolvimento de um projecto empresarial autónomo. No desenvolvimento deste projecto, serão salvaguardados os interesses de todas as entidades institucionais e privadas a ele ligadas, estando igualmente garantido o escrupuloso cumprimento de todos os anteriores compromissos assumidos pelo Grupo Vidago.

## II — Perspectivas de evolução para a VMPS

Em 1997, a VMPS deverá reforçar a sua competitividade operacional, nomeadamente através da intervenção em três áreas concretas:

- 1) Redefinição da estratégia comercial para os diversos produtos que integram o *portfolio* da Companhia, através da readaptação da política comercial às exigências da nova estrutura de

canais de distribuição e à alteração acelerada dos hábitos de consumo;

- 2) Adaptação e racionalização da estrutura orgânica da Companhia, através da racionalização dos seus processos operativos, em todas as suas áreas de actuação.
- 3) Reforço da política de recursos humanos, com especial atenção nas áreas de formação, com o objectivo de garantir a excelência das operações, a todos os níveis.

## III — Outros temas

Acções próprias:

Para os efeitos consignados na alínea *d*), do n.º 2 do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a VMPS, empresa-mãe, detém 15 944 acções próprias, de valor nominal de 1000\$, registadas pelo valor total de 15 944 000 escudos.

Pedras Salgadas, 29 de Abril de 1997. — O Conselho de Administração: José Luís Nogueira de Brito, presidente — José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, vogal — Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva, vogal — Miguel José Pereira Athayde Marques, vogal — Paulo José Ferreira Morgado, vogal.

## Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1996

### ACTIVO

(Em contos)

	1996		1995	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação .....	411 744	(209 157)	202 587	280 310
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	7 134	(7 134)	—	110
Propriedade industrial e outros direitos .....	8 069	(2 197)	5 872	5 355
Trespasse .....	1 629	(77)	1 552	1 552
Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	—
Diferença de consolidação .....	—	—	—	—
	<u>428 576</u>	<u>(218 565)</u>	<u>210 011</u>	<u>287 327</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais .....	1 937 659	(3 387)	1 934 272	1 533 552
Edifícios e outras construções .....	6 861 827	(1 606 132)	5 255 695	5 020 554
Equipamento básico .....	5 834 366	(2 618 628)	3 215 738	3 158 991
Equipamento de transporte .....	461 802	(283 358)	178 444	223 130
Ferramentas e utensílios .....	153 022	(70 160)	82 862	98 009
Equipamento administrativo .....	471 737	(304 472)	167 265	154 060
Taras e vasilhame .....	1 391 658	(1 143 345)	248 313	210 565
Outras imobilizações corpóreas .....	159 941	(117 588)	42 353	22 788
Imobilizações em curso .....	1 159 409	—	1 159 409	878 119
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas .....	49 586	—	49 586	281 744
	<u>18 481 007</u>	<u>(6 147 070)</u>	<u>12 333 936</u>	<u>11 981 512</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital em empresas do Grupo .....	504 363	(494 762)	9 601	503 771
Empréstimos a empresas do grupo .....	975 386	(975 383)	3	590 046
Títulos de participação em empresas do Grupo .....	—	—	—	3
Partes de capital em empresas associadas .....	—	—	—	—
Títulos e outras aplicações financeiras .....	10 082	(3 628)	6 454	7 376
Adiantamentos p/conta de investimentos financeiros .....	700	—	700	—
	<u>1 490 531</u>	<u>(1 473 773)</u>	<u>16 758</u>	<u>1 101 196</u>
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo .....	186 514	(1 445)	185 069	130 784
Taras e vasilhame .....	—	—	—	—
Produtos e trabalhos em curso .....	—	—	—	6 241
Produtos acabados e intermédios .....	166 413	(4 999)	161 414	99 931
Mercadorias .....	24 623	—	24 623	88 186
	<u>377 550</u>	<u>(6 444)</u>	<u>371 106</u>	<u>325 142</u>

(Em contos)

	1996		1995	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
<b>Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:</b>				
Clientes de cobrança duvidosa .....	893 673	(889 438)	4 235	11 522
Empresas do Grupo .....	1 091	—	1 091	144 818
Outros devedores .....	177 781	—	177 781	130 210
	<u>1 072 545</u>	<u>(889 438)</u>	<u>183 107</u>	<u>286 550</u>
<b>Dívidas de terceiros — curto prazo:</b>				
Clientes em conta corrente .....	596 777	—	596 777	557 657
Clientes — títulos a receber .....	—	—	—	—
Clientes de cobrança duvidosa .....	33 484	(30 051)	3 433	1 502
Adiantamentos a fornecedores .....	83	—	83	3 679
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado .....	10 276	—	10 276	10 316
Estado e outros entes públicos .....	35 189	—	35 189	91 392
Accionistas (sócios) .....	—	—	—	—
Outros devedores .....	114 788	(39 814)	74 574	132 602
Subscritores de capital .....	—	—	—	—
	<u>790 597</u>	<u>(69 865)</u>	<u>720 732</u>	<u>797 148</u>
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>				
Depósitos bancários .....	55 727	—	55 727	115 453
Caixa .....	20 641	—	20 641	25 733
	<u>76 368</u>	—	<u>76 368</u>	<u>141 186</u>
<b>Títulos negociáveis:</b>				
Outros títulos negociáveis .....	—	—	—	—
Outras aplicações de tesouraria .....	64 435	—	64 435	149 677
	<u>64 435</u>	—	<u>64 435</u>	<u>149 677</u>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
Acréscimos de proveitos .....	15 577	—	15 577	80 159
Custos diferidos .....	41 724	—	41 724	110 946
	<u>57 301</u>	—	<u>57 301</u>	<u>191 105</u>
<i>Total de amortizações</i> .....	—	<u>(6 365 636)</u>	—	—
<i>Total de provisões</i> .....	—	<u>(2 439 520)</u>	—	—
<i>Total do activo</i> .....	<u>22 838 910</u>	<u>(8 805 155)</u>	<u>14 033 754</u>	<u>15 260 843</u>

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1996	1995
<b>Capital próprio:</b>		
Capital .....	3 700 000	3 700 000
Acções próprias:		
Valor nominal .....	(15 944)	(15 944)
Prémios e descontos .....	—	—
Prémios de emissão de acções .....	1 274 000	1 274 000
Diferença de consolidação .....	—	—
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas .....	—	—
Diferença de conversão .....	—	—
Reservas de reavaliação .....	1 066 797	1 066 797
Reservas:		
Reservas legais .....	125 811	112 014
Reservas estatutárias .....	188	188
Reservas contratuais .....	43 019	43 019
Outras reservas .....	296 676	49 938
Resultados transitados .....	1 046 302	872 546
<i>Subtotal</i> .....	<u>7 536 849</u>	<u>7 102 558</u>
Resultados líquidos do exercício .....	<u>(2 004 399)</u>	<u>206 118</u>
<i>Total do capital próprio</i> .....	<u>5 532 450</u>	<u>7 308 676</u>
Interesses minoritários .....	<u>817 852</u>	<u>771 310</u>

	1996	1995
<b>Passivo:</b>		
Provisões para riscos e encargos .....		
Provisões para pensões .....	481 285	—
Provisões para processos judiciais em curso .....	6 000	—
Outras provisões para riscos e encargos .....	200	200
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Convertíveis .....	—	—
Não convertíveis .....	1 000 000	1 000 000
Dívidas a instituições de crédito .....	1 653 525	1 355 669
Empresas do grupo .....	9 882	9 882
Outros empréstimos obtidos .....	170 295	—
Outros accionistas (sócios) .....	—	312 039
Fornecedores .....	—	—
Outros credores .....	952 879	912 430
Empréstimos bancários .....	—	375 000
Empréstimos não reembolsáveis — fundo turismo .....	—	—
Sócios .....	—	—
Outros empréstimos .....	—	—
Empresas associadas .....	—	—
	<u>4 274 066</u>	<u>3 965 220</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito .....	888 718	530 716
Fornecedores em conta/corrente .....	629 942	632 830
Fornecedores — facturação em recepção e conferência .....	—	—
Fornecedores — títulos a pagar .....	83 660	268 484
Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar .....	136 664	16 807
Empréstimos .....	—	—
Outros accionistas .....	352 695	70 776
Adiantamentos de clientes .....	114	32
Fornecedores de imobilizado .....	282 878	282 754
Empresas participadas ou participantes .....	—	—
Estado e outros entes públicos .....	161 582	159 713
Outros credores .....	158 226	145 885
	<u>2 694 479</u>	<u>2 107 997</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos .....	274 458	370 830
Proveitos diferidos .....	440 449	736 810
	<u>714 907</u>	<u>1 107 640</u>
<i>Total do passivo</i> .....	<u>7 683 452</u>	<u>7 180 857</u>
<i>Total do capital próprio, passivo e interesses minoritários</i> .....	<u>14 033 754</u>	<u>15 260 843</u>

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo Financeiro, (*Assinatura ilegível.*)

### Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 1996

#### CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1996	1995
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>		
Mercadorias .....	125 504	240 460
Matérias .....	1 577 293	1 418 205
	<u>1 702 797</u>	<u>1 658 665</u>
Fornecimentos e serviços externos .....	2 009 774	1 694 441
Custos com o pessoal:		
Remunerações .....	987 653	1 159 243

	1996	1995
Encargos sociais:		
Pensões .....	—	—
Outros .....	360 660	210 246
	<u>1 348 313</u>	<u>1 369 489</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo .....	785 854	613 868
Provisões .....	683 218	26 584
	<u>1 469 072</u>	<u>640 452</u>
Impostos .....	10 268	17 572
Outros custos e perdas operacionais .....	123 344	96 795
	<u>133 612</u>	<u>114 367</u>
(A) .....	6 663 568	5 477 414
Juros e custos similares:		
Relativos a empresas associadas .....	—	—
Outros .....	1 842 523	428 326
(C) .....	8 506 091	5 905 740
Custos e perdas extraordinários .....	103 346	139 609
(E) .....	8 609 437	6 045 349
Imposto sobre o rendimento do exercício .....	172 849	102 700
(G) .....	8 782 286	6 148 049
Interesses minoritários .....	(70 390)	(27 628)
Resultado líquido do exercício .....	<u>(2 004 399)</u>	<u>206 118</u>
	6 707 497	6 326 539

## PROVEITOS E GANHOS

	1996	1995
Vendas:		
Mercadorias .....	131 610	417 601
Produtos .....	6 051 863	5 206 797
Prestações de serviços .....	328 067	221 547
	<u>6 511 540</u>	<u>5 845 945</u>
Variação da produção .....	20 880	(64 083)
Trabalhos para a própria empresa .....	—	17 611
Proveitos suplementares .....	45 036	94 945
Subsídios à exploração .....	5 164	7 722
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	8 377	5 220
	<u>79 457</u>	<u>61 415</u>
(B) .....	6 590 997	5 907 360
Ganhos de participações de capital:		
Relativos a empresas associadas .....	—	—
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:		
Relativos a empresas associadas .....	—	—
Outros .....	—	—
Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas associadas .....	—	—
Outros .....	44 947	40 690
	<u>44 947</u>	<u>40 690</u>

	1996	1995
Proveitos e ganhos extraordinários ..... (D) .....	6 635 944	5 948 050
	71 553	378 489
	6 707 497	6 326 539
<b>Resumo:</b>		
Resultados operacionais (B)–(A) = .....	(72 571)	429 946
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) = .....	(1 797 576)	(387 636)
Resultados correntes (D)–(C) = .....	(1 870 147)	42 310
Resultados antes de impostos (F)–(E) = .....	(1 901 940)	281 190
Resultado líquido do exercício (F)–(G) = .....	(2 074 789)	178 490

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayae Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível.*)

### Demonstração dos fluxos de caixa

(Em contos)

Rubricas	1996	1995
<b>Actividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes .....	7 605 281	5 575 781
Pagamentos a fornecedores .....	4 771 414	3 090 087
Pagamentos ao pessoal .....	1 336 313	1 369 489
Fluxo gerado pelas operações .....	1 497 554	1 116 205
Pagamento imposto sobre o rendimento .....	114 777	182 326
Outros pagamentos relativos à actividade operacional .....	364 560	206 453
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias .....	1 018 217	727 426
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	40 895	98 753
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	66 816	105 750
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i> .....	992 296	720 429
<b>Actividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros .....	—	—
Imobilizações corpóreas .....	31 865	271 342
Subsídios de investimentos .....	20 135	451 025
Juros e proveitos similares .....	—	—
	52 000	722 367
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros .....	227 845	260 886
Imobilizações corpóreas .....	1 055 313	2 121 145
Imobilizações incorpóreas .....	5 099	269 276
	1 288 257	2 651 307
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i> .....	(1 236 257)	(1 928 940)
<b>Actividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos .....	421 033	2 603 906
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão .....	—	299 065
Subsídios e doações .....	—	—
Venda de acções próprias .....	—	—
	421 033	2 902 971

(Em contos)

Rubricas	1996	1995
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos .....	—	1 046 250
Amortização contratos locação financeira .....	12 353	—
Juros e custos similares .....	301 769	372 864
Dividendos .....	—	208 215
	<u>314 122</u>	<u>1 627 329</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3) .....</i>	<u>106 911</u>	<u>1 275 642</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) .....	(137 050)	67 131
Efeito das diferenças de câmbio .....	(13 010)	(460)
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	290 863	224 192
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	140 803	290 863

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luis Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível*.)

### Anexo à demonstração dos fluxos de caixa consolidados

#### 1 — Aquisição de participações em filiais

- Preço de aquisição — não aplicável;
- Valor pago por caixa ou equivalentes — não aplicável;
- Montante de caixa ou equivalentes nas filiais — não aplicável;
- Quantias dos outros activos e dos passivos adquiridos — não aplicável.

#### 2 — Discriminação dos componentes de caixa e dos seus equivalentes:

Rubricas	1996	1995
Numerário .....	20 641	25 733
Depósitos à ordem .....	55 727	115 453
Equivalentes a caixa .....	64 435	149 677
Caixa e equivalentes .....	140 803	290 863

Rubricas	1996	1995
Outras disponibilidades .....	140 803	290 863
Disponibilidades constantes do balanço .....	140 803	290 863

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luis Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível*.)

### Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados

As notas que não estão incluídas neste anexo, não são aplicáveis a esta consolidação.

I — Informações relativas às companhias incluídas na consolidação e outras:

I — Companhias incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 1996:

Firma	Percentagem de participação	Capital	Decreto-Lei n.º 238/91	
Companhia Portuguesa de Águas Salus (Vidago), S. A., Vidago .....	VMPS	99,7535	200 000	Artigo 1.º, al. a)
	SALUS (acções prop.)	0,1700		
	Meyrelles	0,0085		
	ECME	0,0085		
	Imovipe	0,0085		
Meyrelles & Companhia, S. A., Rua das Laranjeiras, 31, Ponta Delgada .....	VMPS	60,0075	12 000	Artigo 1.º, al. a)
	Salus	5,0000		
	Caramulo	5,0000		
Imovipe — Soc. Desenvolvimento Turístico de Vidago e Pedras Salgadas, S. A., Pedras Salgadas .....	VMPS	36,2500	1 600 000	Artigo 1.º, al. a)
	Salus	20,0625		
Imovipe — Soc. Const. e Gestão de Imóveis de Vidago e Pedras Salgadas, S. A., Pedras Salgadas .....	VMPS	66,4450	30 000	Artigo 1.º, al. a)
	Salus	0,2217		
Águas do Caramulo — Soc. de Captação e Explor. de Águas Minerais, S. A., Varzielas, Oliveira de Frades .....	VMPS	99,9900	500 000	Artigo 1.º, al. a)
Vidágua — Soc. de Bebidas e Produtos Alimentares, L.ª, Rua das Ameixoeiras, Francelos, 4405 Valadares .....	VMPS	99,9900	40 000	Artigo 1.º, al. a)
Águas de São Lourenço, S. A., Rua do Perú, Brejos de Azeitão, 2925 Azeitão .....	VMPS	99,8400	38 000	Artigo 1.º, al. a)
Oniáguas — Empresas de Águas Mineromedicinais de Mação, S. A, lugar da Ladeira, Envendo, Mação .....	VMPS	90,0000	240 000	Artigo 1.º, al. a)
	Outros	10,0000		

## 2 — Companhias do Grupo excluídas da consolidação nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91:

Firma	Sede	Percentagem de participação	Capital	Artigo 4.º	
Insulana — Águas de Mesa, S. A. ....	Amadora Salus Meyrelles ECME Imovipe	VMPS	98,80	—	N.º 1
		0,13			
		0,13			
		0,13			
		99,32			
Ribamar .....	Amadora	VMPS	69,07		N.º 1
Empresa dos Casinos Monte Estoril, L.da .....	Amadora	VMPS	65,30	235	
		ECME (Acções prop.)	25,70		
Fonsana de Somossierra, S. A .....	Madrid		100,00	ESP 30 000	N.º 3, al. b)
Água de Fontenova, S. A .....	Madrid		100,00	ESP 30 000	N.º 3, al. b)
Diasa — Distribuidora de Águas, S. A .....	Madrid		100,00	ESP 15 000	N.º 3, al. b)

3 — Não existem companhias associadas.

4 — Idem.

5 — Não foi utilizado o método da consolidação proporcional (v. nota n.º 3).

7 — O número médio de trabalhadores ao serviço das companhias incluídas na consolidação foi de 530 pessoas.

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

Nada há a registar.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

14 — Informações que tomem comparáveis os exercícios sucessivos:

As contas do exercício findo, apresentam algumas alterações relativamente ao anterior, resultante das contas individuais da VMPS, S. A., nomeadamente um acréscimo de provisões operacionais e financeiras directamente relacionadas com as participações nas companhias Espanholas, Fonsana de Somossierra, S. A., Águas de Fontenova, S. A e Diasa, S. A ,que se computa em cerca de 1 544 381 contos.

Ainda no que respeita a provisões, há a registar a constituição da provisão para encargos com complementos de pensões de reforma, a qual ascendeu a cerca de 481 285 contos.

Para além destes aspectos, salientam-se algumas alterações nas políticas de acréscimo e diferimento, cuja materialidade não é comparativamente relevante.

IV — Informações relativas a compromissos:

22 — Descrição das responsabilidades por garantias prestadas, desdobrando-se de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais:

Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A.:

Garantia bancária prestada à Alfândega de Lisboa, no valor de 1 000 000\$;

Garantia bancária prestada à Alfândega do Freixo, no valor de 250 000\$;

Garantias prestadas à EDP — Electricidade de Portugal, E. P., respeitante ao depósito em caução para o fornecimento de energia eléctrica, no valor de 216 000\$ e 35 486 000\$;

Garantia bancária prestada ao Tribunal de Trabalho de Lisboa, no valor de 29 000 000\$;

Garantia bancária prestada ao IAPMEI no âmbito do PEDIPIL no valor de 121 119 500\$00;

Garantia bancária prestada à Cinevoz, referente à campanha de publicidade no valor de 70 000 000\$;

Garantia bancária prestada ao Governo Civil de Lisboa, referente à grande promoção de Verão no valor de 22 000 000\$;

Garantia bancária prestada à Cinevoz, referente à campanha de publicidade, no valor de 75 000 000\$;

Garantia bancária prestada à administração fiscal espanhola, por parte da Fonsana de Somossierra, no valor de 20 877 213 ESP;

Reforço da garantia, anteriormente mencionada em 3 246 845 ESP;

Aval prestado em nome e a pedido da Fonsana de Somossierra, S. A, a favor do B.F.E, no valor de 50 000 000 ESP;  
Aval prestado em nome e a pedido da Fonsana de Somossierra, S. A, a favor de BCH, no valor de 30 000 000 ESP;  
Aval prestado em nome e a pedido de Águas de Fontenova a favor de Cajá Madrid, no valor de 20 000 000 ESP;  
Aval prestado em nome e a pedido de Águas de Fontenova a favor do Banco Pastor, no valor de 55 000 000 ESP;  
Aval prestado à Sovipe, como garantia de pagamento de letra aceite por esta e sacada por Abrantina, S. A, no valor de 114 687 266\$;

Aval prestado em nome e a pedido da Sovipe, a favor do BFE, como garantia do financiamento de médio e longo prazo concedido, no valor de 375 000 000\$;

Aval prestado em nome e a pedido da Sovipe, a favor do BFE, como garantia do financiamento em conta corrente caucionada de 125 000 000\$;

Aval prestado em nome da Sovipe, a favor de BNU, como garantia do financiamento em conta corrente caucionada no valor de 60 000 000\$;

Aval prestado em nome e a pedido da Oniáguas, S. A., a favor do CISF, como caução de financiamento, no valor de 320 132 000\$;

Aval prestados em nome e a pedido do Caramulo, S. A., a favor do BFE, como caução de financiamento, no montante de 75 000 000\$

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BFB, no valor de 160 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BPSM no valor de 200 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do General Bank no valor de 150 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BBI no valor de 300 000 000\$;

Livrança respeitante à caução c/ empréstimo, a favor do BTA no valor de 250 000 000\$.

Sovipe — Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Vidago e Pedras Salgadas, S. A:

Ao Fundo Turismo por subsídios ao investimento.

Garantia n.º 620093010686 — 69 781 000\$ do BNU;

Garantia n.º 620093010693 — 79 135 500\$ do BNU;

Garantia n.º 620093209136 — 79 500 000\$ do BNU;

Garantia n.º 620093209129 — 72 181 000\$ do BNU;

Garantia n.º 4020.10.9405193.000.5 — 79 500 000\$ do BFE;

Garantia n.º 4020.10.94.4677.000.8 — 79 500 000\$ do BFE.

A EN — Electricidade do Norte, S. A., respeitante ao depósito em caução para fornecimento de energia eléctrica:

Garantia n.º 4020.10.95.2135.000.1 — 2 874 900\$ do BFE.

Águas do Caramulo, S. A.:

Fiança bancária a favor de EDP — Electricidade de Portugal — 4 391 650\$;

Fiança bancária a favor do IAPMEI — 15 570 000\$;

Livrança subscrita no BFE (caução) — 45 000 000\$;

Garantia à caução prestada a favor do IAPMEI — 216 011 400\$;  
Livrança subscrita no BFE (caução) — 30 000 000\$.

Companhia Portuguesa de Águas de Salus (Vidago), S. A.:

Aval prestado a Águas do Caramulo — Sociedade de Captação e Exploração de Águas Minerais, S. A, conjuntamente pela CPAS — Companhia Portuguesa de Águas Salus (Vidago), S. A e pela VMPS — Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A, como caução da garantia prestada ao IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, no montante de 15 570 contos.

Vidágua — Sociedade de Bebidas e Produtos Alimentares, S. A.:

Fiança bancária a favor da EDP — Electricidade de Portugal, de 1 223 850\$.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Critérios valorimétricos aplicados:

As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os métodos e critérios contabilísticos aplicáveis em Portugal, de acordo com o POC.

Os principais critérios utilizados foram os seguintes:

a) Princípios de consolidação. — Foi aplicado em toda a sua extensão a doutrina prescrita no Decreto-Lei n.º 238/91.

b) *Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas amortizações. São amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos a cinco anos.

c) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, alterado pelas reavaliações.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.

d) *Investimentos financeiros.* — Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

e) *Amortizações.* — No exercício foi utilizado o seguinte método de cálculo das amortizações:

Taxas máximas, referidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, para os elementos da rubrica de taras e vasilhame: garrafas, grades e grampos;

Taxas mínimas, referidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, para os restantes j elementos do imobilizado corpóreo e incorpóreo.

f) *Provisões.* — As provisões para créditos de cobrança duvidosa são de valor idêntico ao dos créditos da mesma natureza.

g) *Existências.* — As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação e propriedade industrial e outros direitos:

Descrição	VMPS	Sovipe	Salus	São Lourenço	Caramulo	Oniáguas	Vidágua	Imovipe	Meyrelles	Total
431 — Despesas de instalação:										
Despesas de constituição .....	—	17 000	—	—	—	—	—	—	—	17 000
Despesas com aumento de capital	48 855	—	131	186	2 762	—	182	7 332	—	59 448
Estados .....	66 236	56 086	—	—	—	—	—	—	—	122 567
Outros .....	3 331	—	—	—	—	485	—	—	—	3 816
	<u>118 422</u>	<u>73 086</u>	<u>131</u>	<u>186</u>	<u>2 762</u>	<u>485</u>	<u>182</u>	<u>7 332</u>	<u>—</u>	<u>202 587</u>
433 — Propriedade industrial e outros direitos:										
Averbamento de marcas .....	345	—	—	—	—	3 312	—	—	—	3 657
Renovação de marcas .....	1 629	225	40	—	321	—	—	—	—	2 215
Cancelamento de marcas .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	<u>1 974</u>	<u>225</u>	<u>40</u>	<u>—</u>	<u>321</u>	<u>3 312</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>5 872</u>
<i>Total</i> .....	<u>120 396</u>	<u>73 311</u>	<u>171</u>	<u>186</u>	<u>3 083</u>	<u>3 797</u>	<u>182</u>	<u>7 332</u>	<u>—</u>	<u>208 459</u>

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações:

Activo bruto:

(Em contos)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizado:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação .....	407 791	—	2 048	—	1 905	411 744
Despesas de investig. e desenvolv. ....	7 134	—	—	—	—	7 134
Propriedade industrial e outros direitos	6 923	—	342	—	804	8 069
Trespasse .....	1 629	—	—	—	—	1 629
Imobilizações em curso .....	—	—	—	—	—	—
Adiant. por conta imob. incorpóreas .....	—	—	—	—	—	—
Diferença de consolidação .....	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i> .....	<u>423 477</u>	<u>—</u>	<u>2 390</u>	<u>—</u>	<u>2 709</u>	<u>428 576</u>

(Em contos)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais .....	1 936 398	—	893	—	368	1 937 659
Edifícios e outras construções .....	6 412 912	—	83 534	—	365 381	6 861 827
Equipamento básico .....	5 504 954	—	56 487	53 483	326 408	5 834 366
Equipamento de transporte .....	493 683	—	15 267	32 736	— 14 412	461 802
Ferramentas e utensílios .....	147 227	—	5 844	278	229	153 022
Equipamento administrativo .....	429 522	—	46 747	4 710	178	471 737
Taras e vasilhame .....	1 264 344	—	195 718	13 523	— 54 881	1 391 658
Outras imobilizações corpóreas .....	131 366	—	28 677	596	494	159 941
Imobilizações em curso .....	878 119	—	779 002	33 406	— 464 306	1 159 409
Adiant. por conta de imob. corpóreas .....	281 744	—	17 020	—	— 249 178	49 586
<i>Total</i> .....	<u>17 480 269</u>	<u>—</u>	<u>1 229 189</u>	<u>138 732</u>	<u>— 89 719</u>	<u>18 481 007</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital em comp. do Grupo .....	503 771	—	—	—	592	504 363
Empréstimos a companhias do Grupo .....	590 046	—	296 223	—	89 117	975 386
Títulos de particip. em comp. do Grupo .....	—	—	—	—	—	—
Partes de capital em companhias associadas .....	—	—	—	—	—	—
Títulos e outras aplicações financeiras .....	11 003	—	—	—	921	10 082
Adiantam. por conta de invest. financeiros .....	—	—	1 000	—	300	700
<i>Total</i> .....	<u>1 104 820</u>	<u>—</u>	<u>297 223</u>	<u>—</u>	<u>88 488</u>	<u>1 490 531</u>

**Amortizações e provisões:**

	Saldo inicial	Reforço	Regul. e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação .....	127 481	52 173	29 503	209 157
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	7 024	110	—	7 134
Propriedade industrial e outros direitos .....	1 568	628	—	2 196
Trespasse .....	77	—	—	77
Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
Adiantamentos p/ conta de imobilizações corpóreas .....	—	—	—	—
Diferença de consolidação .....	—	—	—	—
<i>Total</i> .....	<u>136 150</u>	<u>52 911</u>	<u>29 503</u>	<u>218 564</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais .....	2 846	541	—	3 387
Edifícios e outras construções .....	1 392 358	202 436	11 338	1 606 132
Equipamento básico .....	2 345 964	270 496	2 168	2 618 628
Equipamento de transporte .....	270 553	40 666	— 27 861	283 358
Ferramentas e utensílios .....	49 218	20 809	133	70 160
Equipamento administrativo .....	275 462	31 401	— 2 391	304 472
Taras e vasilhame .....	1 053 779	153 095	— 63 529	1 143 345
Outras imobilizações corpóreas .....	108 578	8 931	79	117 588
Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
<i>Total</i> .....	<u>5 498 758</u>	<u>728 375</u>	<u>— 80 063</u>	<u>6 147 070</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital em companhias do Grupo .....	—	494 762	—	494 762
Empréstimos a companhias do grupo .....	—	975 383	—	975 383
Títulos de participação em companhias do Grupo .....	—	—	—	—
Títulos de participação em companhias associadas .....	—	—	—	—
Títulos e outras aplicações financeiras .....	3 628	—	—	3 628
Adiantamentos p/ conta de investimentos financeiros .....	—	—	—	—
<i>Total</i> .....	<u>3 628</u>	<u>1 470 145</u>	<u>—</u>	<u>1 473 773</u>

34 — Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas companhias incluídas na consolidação, com indicação da respectiva natureza e forma:

Nada a registar.

## 36 — Discriminação das vendas e prestações de serviços por mercados:

(Em contos)

	Mercado interno	Mercado externo
Vendas .....	5 925 128	328 067
Prestações de serviços .....	258 345	—
<i>Total</i> .....	6 183 473	328 067

## 39 — Remunerações dos órgãos sociais (em contos):

Remunerações da administração .....	42 352
Remunerações do conselho fiscal .....	6 350

## 41 — Diplomas legais em que se basearam as reavaliações do imobilizado corpóreo:

Decreto-Lei n.º 219/82, Decreto-Lei n.º 278/85, Decreto-Lei n.º 118-B/86, Decreto-Lei n.º 111/88, Decreto-Lei n.º 49/91 e Decreto-Lei n.º 264/92.

## 42 — Quadro discriminativo das reavaliações:

(Em contos)

Rubricas	Custo histórico	Reavaliações	Valores contabilist. reavaliados
Terrenos e recursos naturais .....	893 559	1 040 713	1 934 272
Edifícios e outras construções .....	3 010 020	2 245 675	5 255 695
Equipamento básico .....	2 303 601	912 137	3 215 738
Equipamento de transporte .....	138 641	39 803	178 444
Ferramentas e utensílios .....	73 439	9 243	82 862
Equipamento administrativo .....	120 921	46 344	167 265
Taras e vasilhames .....	106 386	141 927	248 313
Outras imobilizações corpóreas .....	36 603	5 750	42 353
	6 683 170	4 441 772	11 124 442

## 43 — V. nota n.º 14.

## 44 — Demonstração de resultados financeiros consolidados:

## CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1996	1995
Juros suportados .....	277 460	348 351
Provisões p/ aplicações financeiras .....	1 470 145	3 628
Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	25 149	13 928
Descontos de p. p. concedidos .....	44 389	36 395
Outros custos e perdas financeiras .....	25 379	26 022
Resultados financeiros .....	— 1 797 576	— 387 636
<i>Total</i> .....	44 946	40 688

## PROVEITOS E GANHOS

	1996	1995
Juros obtidos .....	20 208	20 029
Rendimentos de imóveis .....	3	27
Diferenças de câmbio favoráveis .....	10 182	19 985
Descontos de p. p. obtidos .....	14 503	647
Outros proveitos e ganhos financeiros .....	50	—
<i>Total</i> .....	44 946	40 688

## 45 — Demonstração dos resultados extraordinários consolidados:

## CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1996	1995
Donativos .....	2 006	1 420
Dívidas incobráveis .....	779	—
Perdas em existências .....	19 322	24 389

(Em contos)

	1996	1995
Perdas em imobilizações .....	17 208	5 007
Multas e penalidades .....	1 516	5 060
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	59 296	82 739
Outros custos e perdas extraordinárias .....	3 219	20 992
Resultados extraordinários .....	— 31 793	238 880
<i>Total</i> .....	71 553	378 487

## PROVEITOS E GANHOS

	1996	1995
Ganhos em existências .....	—	—
Ganhos em imobilizações .....	28 346	261 240
Benefícios e penalidades contratuais .....	207	7 261
Redução de amortizações e provisões .....	2 312	1 060
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	20 190	29 734
Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	20 498	79 192
<i>Total</i> .....	71 553	378 487

## 46 — Desdobramento das contas provisões (acumuladas e exercício):

(Em contos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 — Provisões para aplicações tesouraria .....	—	—	—	—
28 — Provisões para cobranças duvidosas .....	771 020	190 610	2 321	959 309
29 — Provisões para riscos e encargos .....	200	487 285	—	487 285
39 — Provisões para depreciação de existências .....	12 203	341	6 100	6 444
49 — Provisões para investimentos financeiros .....	3 627	1 470 146	—	1 473 773

## 47 — Bens utilizados em regime de locação financeira com os respectivos valores contabilísticos:

(Em contos)

Descrição	Valor contabilístico
Equipamento informático .....	23 939
Diversas copadoras Panasonic .....	1 264
Três Impressora IBM 4224 Mod 2 .....	970
Sete OFX-300 Telecopiadoras .....	734
Ford Mondeo 1.8 D .....	4 829
Corsas Van 1.5 D .....	14 200
Mercedes 44-53-FP .....	24 000
Maq. Extensão Mod. S I HDL .....	25 266
Maq. Speed 3 M .....	29 634
Maq. Ozir LM .....	18 112
Maq. Cabezal Duplo .....	3 094
Peugeot 17-84-CD .....	1 828
Empilhador Toyota .....	3 340

## 50 — Outras informações:

Na VMPS no final do exercício existiam processos judiciais em curso contra a companhia, no montante de 108 340 contos para os quais se entendeu não constituir provisões, considerando a expectativa da não concretização daquele montante.

O Conselho de Administração: *José Luís Nogueira de Brito*, presidente — *José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos*, vogal — *Luís Augusto Viana d'Eça e Leyva*, vogal — *Miguel José Pereira Athayde Marques*, vogal — *Paulo José Ferreira Morgado*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível*.)

### Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre o relatório de gestão da consolidação e as demonstrações financeiras

consolidadas anexas de Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, SA as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1996 (que evidencia um total de 14 033 754 contos e um total de capital próprio consolidado de 5 532 450 contos, incluindo um resultado líquido negativo do grupo de 2 004 399 contos), a demonstração consolidada de resultados do exercício findo naquela data, o anexo ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e respectivo anexo do exercício findo naquela data.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação do relatório de gestão da consolidação e de demonstrações financeiras consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo, o resultado das suas operações, e os fluxos de caixa bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração da empresa mãe, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório consolidado de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Grupo Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., em 31 de Dezembro de 1996 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1 — Existem processos judiciais em curso contra a empresa mãe no montante de 108 340 contos para os quais não foi criada qualquer provisão, pelos motivos referidos na nota n.º 50 do anexo ao balanço consolidado e demonstração consolidado de resultados.

8.2 — Tal como se refere na nota n.º 14 do anexo ao balanço e demonstração de resultados, a empresa mãe procedeu no presente exercício a alterações nas políticas contabilísticas no que respeita a provisões, acréscimos e diferimentos de que resultou um acréscimo de custos de pelo menos 2 025 666 contos.

Lisboa, 2 de Maio de 1997. — António Grenha e Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo *António Maria Gomes da Rocha Grenha*, revisor oficial de contas.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

No cumprimento do mandato que nos foi conferido e nos termos das disposições legais em vigor, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da empresa Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1996, as quais em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidos para exame pelo conselho de administração nos termos do preceituado no n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Quanto ao relatório consolidado de gestão verifica-se que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.

Verificamos identicamente que a consolidação das contas obedece às normas enunciadas no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

Relativamente às empresas integradas na consolidação, apreciamos os respectivos relatórios pareceres e certificações legais de contas emitidas pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis.

Nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório que o revisor oficial de contas emitiu sobre a fiscalização das contas consolidadas a que procedeu, e bem assim, a certificação legal das contas e relatório do auditor externo que subscreveu, cujo teor merece a nossa inteira concordância, documentos esses que fazem parte integrante do presente relatório.

Tendo em consideração o anteriormente exposto, somos de parecer que sejam aprovados o conjunto destes documentos.

Lisboa, 2 de Maio de 1997. — O Conselho Fiscal: *Victor António Duarte Faveiro*, presidente — *José Manuel Vaz Fragoso*, vogal — *Francisco Gouveia dos Santos*, vogal — António Grenha e Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Maria Gomes da Rocha Grenha*, revisor oficial de contas.

### Convocatória para a assembleia geral

São convocados os accionistas a comparecer à reunião da assembleia geral desta sociedade que deverá realizar-se na sua sede social, em Pedras

Salgadas, pelas 12 horas do dia 28 de Maio de 1997, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º Ratificar a deliberação do conselho de administração de proceder à venda da totalidade das participações desta sociedade nas empresas espanholas, Fonsana de Somosierra, S. A., Água de Fontenova, S. A. e Distribuidora de Águas (DIASA) S. A.;
- 2.º Deliberar sobre os relatórios de gestão e as contas simples e consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1996.
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 5.º Deliberar a passagem ao regime de fiscal único, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro de 1996;
- 6.º Proceder ao preenchimento das vagas existentes nos diversos órgãos sociais;
- 7.º Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Informamos os accionistas que a partir do dia 12 de Maio, estarão disponíveis, para consulta, na sede social, durante as horas de expediente, as informações e documentação referidas no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais.

A participação na assembleia geral está subordinada ao artigo 20.º dos Estatutos.

Pedras Salgadas, 9 de Abril de 1997. — O Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Victor Manuel Alves Coelho*.

### Acta da assembleia geral

Aos 28 dias do mês de Maio de 1997, pelas 12 horas, no local da sua sede social, sita em Pedras Salgadas, sob a presidência do Dr. Victor Manuel Alves Coelho, vice-presidente da mesa da assembleia geral, secretariado, na ausência do secretário da mesa, pelo Armando Augusto Miraria Ribeiro, escolhido para o efeito pela própria assembleia, reuniu a assembleia geral da sociedade anónima denominada Vidago Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., pessoa colectiva n.º 500297967, matriculada definitivamente na Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar sob o n.º 43, com o capital social de 3700 milhões de escudos, encontrando-se presente e devidamente representada apenas a accionista Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho — SGPS, S. A., que representa cerca de 98% do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos legais e constante do respectivo livro, assembleia esta devida e atempadamente convocada conforme convocatória de 9 de Abril de 1997, publicada com a antecedência legal, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1.º Ratificar a deliberação do conselho de administração de proceder à venda da totalidade das participações desta sociedade nas empresas espanholas Fonsana de Somosierra, S. A., Água de Fontenova, S. A. e Distribuidora de Águas (DIASA), S. A.;
- 2.º Deliberar sobre os relatórios de gestão e as contas simples e consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1996;
- 3.º Deliberar sob a proposta de aplicação de resultados;
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 5.º Deliberar a passagem ao regime de fiscal único, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro de 1996;
- 6.º Proceder ao preenchimento das vagas existentes nos diversos órgãos sociais;
- 7.º Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Estiveram ainda presentes, em representação do conselho de administração, os administradores Dr. José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos e Dr. Paulo José Ferreira Morgado e, em representação do conselho fiscal, o seu presidente, professor Dr. Victor António Duarte Faveiro, e o representante da António Grenha & Bryant Jorge — Sociedade Revisora Oficial de Contas, Dr. António Maria Gomes Rocha Grenha. Aberta a sessão, o vice-presidente da mesa, depois de cumprimentar os presentes, a quem agradeceu a sua presença, verificou não haver qualquer expediente ou ponto prévio a tratar e, de seguida, entrou directamente na discussão do primeiro ponto da ordem do dia, tendo submetido à ratificação da assembleia a deliberação do conselho de administração, tomada por unanimidade dos seus membros em 12 de Fevereiro de 1997, de proceder à venda da totalidade das participações da Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, S. A., nas empresas espanholas, denominadas Fonsana de Somosierra, S. A., Água

de Fontenova, S. A. e Distribuidora de Águas (DIASA), S. A., a José de Sousa Cintra ou a quem por ele for indicado, deliberação essa cuja leitura foi dispensada por ser já do conhecimento de todos os presentes. Como ninguém tivesse querido usar da palavra, o vice-presidente da mesa pôs à votação este ponto da ordem do dia, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade. Seguidamente, o vice-presidente da mesa entrou no segundo ponto da ordem do dia, o qual pôs em discussão, na generalidade e na especialidade. Não tendo ninguém pedido o uso da palavra e porque todos se consideraram devidamente esclarecidos, passou, então, à votação do referido ponto segundo, concretamente dos relatórios de gestão, dos balanços e das contas, quer as simples, quer consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1996, os quais foram aprovados por unanimidade, quer na generalidade, quer na especialidade. Entrou seguidamente, na discussão do ponto terceiro da ordem do dia e, porque não tivesse havido qualquer intervenção, na sua votação, tendo sido aprovada, também por unanimidade, a proposta do conselho de administração, deliberando-se, assim, que o resultado líquido negativo do exercício de 1 960 255 064\$74 fosse transferido para a conta de resultados transitados. O vice-presidente da mesa passou, então ao ponto quarto da ordem do dia, tendo ele próprio, em virtude da aprovação, por unanimidade, dos dois anteriores pontos da ordem do dia, apresentado à assembleia uma proposta no sentida de ser aprovado um voto de confiança e outro de louvor aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quer aos que, entretanto, cessaram as suas funções, quer aos que, entretanto, os substituíram, pela forma competente, dedicada e empenhada como exerceram, uns, e vêm ainda exercendo, outros, as suas funções, proposta esta que, por legal e tempestiva, foi admitida, posta à discussão e, seguidamente, à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade. Entrou, então o vice-presidente da mesa no ponto 5.º da ordem do dia, tendo pedido a palavra o representante da accionista Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho — SGPS, S. A., Dr. Luís Filipe de Jesus Pinto, o qual, nessa qualidade, apresentou a seguinte proposta:

Considerando a faculdade consignada no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro, e as inegáveis vantagens daí decorrentes, proponho que a fiscalização desta sociedade passe a ser efectuada, já no exercício de 1997, através do regime de fiscal único. Em consequência, proponho, igualmente, que os actuais membros do conselho fiscal, com excepção da sociedade de revisores oficiais de contas, Professor Dr. Victor António Duarte Faveiro e Dr. José Manuel Vaz Fragoso, cujo mandato terminaria no final do corrente ano de 1997, cessem de imediato as suas funções e completem o actual mandato, como fiscal único efectivo, a sociedade António Grenha & Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na respectiva Câmara sob o n.º 5, representada, como habitualmente, pelo Dr. António Maria Gomes Rocha Grenha e como fiscal único suplente, o Dr. Armindo dos Santos Pinho, também em representação da supra referida sociedade de revisores oficiais de contas.

Esta proposta, por legal e tempestiva, foi admitida pela mesa, posta à discussão e, porque ninguém tivesse querido usar da palavra, imediatamente à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Pediu então a palavra o Prof. Dr. Victor Faveiro, o que lhe foi concedido, tendo ele, no uso da mesma, apresentado os seus cumprimentos e referido a

sua concordância com a solução legal que ele, aliás, já preconizava, uma vez que, em sua opinião, os outros membros do conselho fiscal apenas intervinham em termos meramente formais ou para suscitar algum problema jurídico concreto. Seguidamente, foi concedida a palavra ao Dr. António Grenha, representante da sociedade António Grenha & Bryant Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o qual apresentou também os seus cumprimentos e prestou a sua homenagem aos elementos cessantes do conselho fiscal. Posto isto, o vice-presidente da mesa passou ao ponto 6.º da ordem do dia, tendo informado a assembleia da necessidade de se preencherem os seguintes lugares nos órgãos sociais adiante indicados, devido ao pedido de substituição formulado pelos actuais titulares, por razões de diversa ordem que não importava referir em concreto presidente da assembleia geral, por substituição do Dr. Ponciano dos Santos Gomes Serrano; secretário da mesa da assembleia geral, por substituição de Luís Ferreira da Costa; e todos os membros da comissão de fixação de remunerações, José de Sousa Cintra, presidente, Dr. Ponciano dos Santos Gomes Serrano e Miguel José Harreiros de Sousa Cintra, vogais. Para efeitos de apresentação de propostas, o vice-presidente da mesa concedeu um pequeno período de tempo, tendo sido apenas apresentada a seguinte proposta, por parte do referido representante da accionista Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho — SGPS, S. A. Dada a necessidade de se preencherem os lugares das diversas vagas existentes nos órgãos sociais, conforme foi referido pelo vice-presidente da mesa da assembleia geral, proponho que, em substituição dos elementos cessantes, sejam eleitas as pessoas a seguir indicadas, para iniciarem as suas funções de imediato e até final do actual mandato, o qual termina no fim do ano de 1999: presidente da mesa da assembleia geral: Dr. Jorge Manuel da Mota Ponce de Leão, divorciado, residente na Alameda Quinta de Santo António, lote I, 1, 5.º direito, Edifício Afonso Henriques, Lisboa; secretário da mesa da assembleia geral: Dr.ª Luísa Fernandes Barbosa, solteira, maior, residente na Tapada das Mercês, lote 181, r/c direito, Mem Martins; comissão de fixação de remunerações: presidente: Dr. José Luís Nogueira de Brito, casado, residente na Praça João do Rio, 5, 3.º direito, em Lisboa; vogais: Dr. Jorge Manuel da Mota Ponce de Leão, divorciado, residente na Alameda Quinta de Santo António, lote I, n.º 1, 5.º direito, Edifício Afonso Henriques, em Lisboa e Doutor José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos, casado, residente na Rua de S. Bernardo, 39, 2.º direito, em Lisboa. Esta proposta por legal e tempestiva, foi admitida pela mesa e, por não estar sujeita a discussão, imediatamente posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, motivo por que o vice-presidente da mesa proclamou os eleitos e declarou-os, desde logo, empossados nos respectivos cargos, até final do mandato em curso, sem necessidade de quaisquer outros formalismos.

Seguidamente o vice-presidente da mesa passou ao ponto sétimo da ordem do dia e, porque nenhum accionista tivesse querido usar da palavra, cumprimentou os presentes, a quem uma vez mais agradeceu a sua presença, tendo de seguida, encerrado a sessão da qual, para constar, vai ser lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa, em sinal de concordância e plena conformidade, motivo por que a mesma se considera desde já aprovada nos termos legais.

A Mesa da Assembleia Geral: *Victor Manuel Alves Coelho*, presidente — *Armando Augusto Miranda Ribeiro*, secretário.

3000193268